

# O justicialismo no poder\*

---

*Bernardo Kossacoff\*\**

**Fraquelli:** Raul Alfonsín, em entrevista ao programa America Habla, da CNN em Espanhol, disse que o grande mérito de sua gestão foi a transição democrática e que o controle sobre a inflação era uma questão menor. Como o Senhor vê essa posição de Alfonsín expressa no final de seu governo?

**Kossacoff:** A transição política e a transição democrática do Governo Alfonsín constituíram-se em avanços muito importantes, e os êxitos são reconhecidos por todos. No plano econômico, minha impressão é que a economia argentina tem uma grande tendência às condições exógenas, em particular às condições de financiamento da economia nos anos 80. E, nesse sentido, o que eu não poderia dizer é que os anos 80 tenham sido uma década notável para o funcionamento da economia do nosso país. Houve uma total restrição do crédito, e a isto se somava uma necessidade de pagar o juro e os demais serviços da dívida externa, que são uma parte importante do orçamento nacional, que foi assumido pelo Estado simultaneamente à queda internacional dos preços em que a Argentina está especializada.

Se a isto somamos o comportamento da taxa de juros internacional — e eu não poderia ignorar as condições que enfrentou a economia argentina, pressionada por condições internacionais que terminavam transferindo dinheiro para pagar a dívida externa — e uma forte queda dos intercâmbios com a sua exagerada taxa de juros, creio que aí se limitou notavelmente a possibilidade da reforma econômica. E, nesse sentido, grande parte dos esforços da economia doméstica não necessariamente puderam traduzir-se num ordenamento do sistema econômico.

---

\* Entrevista concedida pelo Professor Bernardo Kossacoff a Antonio Carlos Fraquelli, editor da revista **Indicadores Econômicos FEE**, na qual é discutido o contexto da transição do radicalismo para o justicialismo na Argentina.

\*\* Economista da CEPAL e Professor da Universidade de Buenos Aires.

N.E. Sem revisão do autor.

**Fraquelli:** Muito do que Carlos Menen pretendia fazer não poderia ter sido implementado se não houvesse sido acordada a formulação do Pacto de Olivos; com ele, houve uma viabilização da nova Constituição. Parece-lhe que aquele pacto teve uma participação decisiva na Administração Menen? Foi fundamental para o êxito inicial da Administração Menen?

**Kossacoff:** O Pacto de Olivos teve importância em termos do que foi a viabilidade de um segundo governo de Menen. Nesse sentido, permitiu a reforma constitucional e, ao mesmo tempo, permitiu a possibilidade de que houvesse um novo período de governo por parte da Administração Menen. Mas não teve que ver com o período mais importante, que foi a primeira etapa da Administração Menen, onde existiram uma parte significativa das reformas estruturais e o plano de estabilização. E, observado em perspectiva, há uma grande diferença da performance entre a primeira gestão e a segunda gestão do governo.

**Fraquelli:** Fizemos-lhe a pergunta por que as reformas que vieram com a Constituição estavam inseridas no Pacto de Olivos e na articulação da economia argentina com as metas acordadas com o FMI.

**Kossacoff:** Sim, em realidade eu não vejo uma relação tão direta; tenho a impressão de que todas as negociações com o FMI foram fundamentais para a estabilização da economia e para a reconstituição dos esquemas de financiamentos que foram necessários e puderam manter a hegemonia macroeconômica. Penso que haja uma determinada independência dos acordos com o Pacto de Olivos e com as negociações.

**Fraquelli:** Quando Menen assumiu, teve Ruig, Rapanelli, Gonzales e chegou a Domingos Cavallo que recebeu o País com hiperinflação. Cavallo foi exonerado em 1995, depois de não cumprir a meta do déficit fiscal. Qual a sua opinião sobre a gestão de Domingos Cavallo?

**Kossacoff:** As condições iniciais eram, obviamente, de total desordem econômica, onde havia uma condição inicial que buscava atingir a estabilização da economia, a qual se implantou simultaneamente a um conjunto de reformas associadas aos processos de abertura, de regulações e de privatizações. Para atingir a estabilização, a experiência passada argentina era limitada, porque foram várias décadas de contínuos fracassos, onde os processos de aprendizagem e de conduta dos agentes econômicos estiveram determinados por uma total falta de credibilidade frente à revolução das políticas econômicas. Nesse sentido, o estabelecimento do plano de conversibilidade feito por Cavallo justa-

mente trata de superar essa dificuldade. E, assim, houve renúncia à política cambial e renúncia à política monetária para dar credibilidade ao processo de estabilização. Esse processo obviamente se viu favorecido por uma mudança das tendências dos movimentos internacionais de capitais, que permitiram justamente os notáveis êxitos na estabilização de preços conseguidos nos primeiros anos do plano de conversibilidade. Eu não poderia deixar de estabelecer a correlação entre o fracasso das experiências passadas e a necessidade de estabelecer um programa estritamente rígido e que proporcionasse credibilidade a todos os agentes econômicos, demonstrando que, a curto prazo, não havia outra possibilidade de cumprir com o programa. E, nesse sentido, houve a renúncia a dois instrumentos vitais da política econômica, que são a política monetária e a política cambial.

**Fraquelli:** Quanto ao déficit público das províncias, Menen tentou um pacto fiscal, mas não houve receptividade por parte dos governos radicais. Como avançou a consolidação do déficit público na Argentina?

**Kossacoff:** Com relação ainda à pergunta anterior, quando Domingos Cavallo deixou a administração, havia um pequeno aumento do déficit fiscal. Quando o nível de atividade é bom, a arrecadação aumenta, e essa arrecadação se distribui às províncias, em proporção ao aumento da arrecadação. E, nesse sentido, eu não posso dizer que justamente a economia argentina tem esse grave problema, ou seja, que as finanças públicas acompanham notavelmente o ciclo. Quando o ciclo é positivo, são notícias boas para todos, particularmente para as províncias; mas quando o ciclo recessivo começa, a arrecadação positiva cai notavelmente e, nesses momentos, a política pública deveria justamente instrumentar-se para que as finanças cumpram objetivos de serem anticíclicas, serem restringidas em seus financiamentos e agora não mais aos ciclos recessivos. E esse é um dos dramas que nunca se pôde solucionar: o manejo dos gastos públicos da Argentina. E eu não posso deixar de dizer que este é um ponto fundamental: ter um manejo mais racional do sistema econômico. Esta é a função do gasto público em termos deste comportamento contracíclico, em lugar de comportamento pró-cíclico, que faz parte de toda a nossa história.

Hoje em dia, o déficit fiscal que aí está é muito maior do que estava anteriormente, e ele coincide com um ciclo recessivo, que já tem um ano e meio, no qual as melhores administrações tributárias serão notavelmente lentas e as elevações muito altas. E isto significa, para o próximo governo, um desafio muito forte, que é a necessidade de fazer um grande pacto fiscal. Meses atrás, houve um acordo na Câmara de Deputados e Senadores para estabelecer um pacto de

compatibilidade fiscal, isto é, para tratar de colocar limites relativamente claros ao manejo da política fiscal por parte do Governo. Mas eu creio que este é um dos temas principais que vamos acompanhar na próxima administração.

**Fraquelli:** Vencendo Fernando De La Rúa, há possibilidade de uma operação blindagem, como fez o México? A conversibilidade mantém-se?

**Kossacoff:** De alguma forma, essa foi a política que chegou à atual administração nos últimos anos, com notável preocupação de tratar de conseguir antecipadamente os financiamentos. Aí se empreende um truque, porque, em realidade, um pretende conseguir financiamento a longo prazo. Um dos pontos que considero muito importante é o aporte de algum organismo financeiro internacional que dê uma garantia e um fundo de reservas que, de alguma forma, dê mais credibilidade aos mercados e consiga algo que é fundamental, que é tratar de baixar a taxa de risco do País e, de alguma forma, tratar de diminuir o nível da taxa de juros que, obviamente, gerará uma onda de financiamentos importantes.